



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 126

Correição Ordinária - Corregedoria

Nº CNJ : 0100192-79.2019.4.02.0000 (2019.00.00.100192-9)

RELATOR : Desembargador Federal LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

CORRIGENTE : EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO
FILHO - CORREGEDOR REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CORRIGIDO : CORREIÇÃO ORDINÁRIA NA 12ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
DO RIO DE JANEIRO - RJ

ORIGEM : ()

DECISÃO

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região realizou Correição Ordinária Judicial da 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro – RJ (12VFEF-RJ), de 29/07/2019 a 02/08/2019, em cumprimento aos arts. 6º, III, da Lei nº 11.798/2008, c/c 1º a 13 da Resolução nº 496/2006 do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (RITRF2); artigos 45 e seguintes da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e Portaria nº TRF2-PTC-2019/00139 desta Corregedoria Regional.

Da realização da correição ordinária foram comunicados o Ministério Público Federal (Ofícios nº 05868 e nº 05869), a Advocacia-Geral da União (Ofício nº 05871), a Defensoria Pública da União (Ofícios nº 05913 até nº 05919), a Ordem dos Advogados do Brasil (Ofícios nº 05873 e nº 05874), a Procuradoria da Fazenda Nacional (Ofício nº 05920) e a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (Ofício nº 06300), conforme o estabelecido na Portaria nº TRF2-PTC-2019/00139 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Segundo a Portaria PRRJ Nº 647 de 05 de junho de 2019, o Procurador da República Dr. Luis Claudio Senna Consentino foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve designação de representantes da AGU, DPU, PFN OAB ou da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária.

Quanto às providências para correição, cumpre salientar que o questionário pré-correição foi encaminhado pelo juízo no prazo assinalado por esta Corregedoria, com respostas satisfatórias aos pontos questionados. Além disso, o relatório foi elaborado com base nos trabalhos presenciais e nos mapas estatísticos necessários, extraídos dos sistemas de acompanhamento processual da Justiça Federal (Apolo e e-Proc), do Painel de Indicadores e do Portal de Estatísticas da 2ª Região pelos servidores da Corregedoria, antes, durante e, complementarmente, depois da semana da correição e permitem o resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado, conforme abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 127

Acervo	Correção / 2017	Julho / 2018	Correção / 2019
Ativos	3.798	2.338	2.516
Suspensos	17.843	17.630	19.023
Total	21.641	19.968	21.539

Fonte: Portal de estatísticas e relatório da correção/2017, em 19/07/2019.

Na Correção anterior, realizada de 14 a 18/08/2017, o Conselho de Administração deste Tribunal, no processo nº 0100062-26.2018.4.02.0000, referendou a decisão que concluiu pela regularidade da 12ª Vara Federal de Execução Fiscal/RJ, sem pendências às seguintes recomendações desta Corregedoria, consideradas cumpridas:

Primeira recomendação: “Incluir a meta 2 CNJ entre os objetivos mensais a serem alcançados pelo órgão (item 5.2)”.

Segunda recomendação: “Regularizar o registro no Apolo do único feito pendente de encerramento da fase de execução. Processo físico: 0512093-85.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.512093-1 (item 5.2.4)”.

Terceira recomendação: “Inserir no cabeçalho das sentenças a classe adequada ao caso julgado (item 6.1)”.

Quarta recomendação: “Dar andamento aos processos parados e, nas hipóteses de suspensão da execução fiscal em virtude do oferecimento de embargos à execução, registrar no Apolo a suspensão da execução fiscal (item 9.3)”.

Quinta recomendação: “Regularizar o lançamento da fase 18 no sistema Apolo nos 7 processos relatados (item 9.5)”.

Sexta recomendação: “Cobrar das partes e órgãos externos a restituição dos autos que ainda estejam fora da Secretaria além dos prazos legais e (ii) realizar o movimento de recebimento no APOLO nos processos físicos já restituídos (item 9.8)”.

Sétima recomendação: “Regularizar o cadastramento dos bens constritos já efetuados no Apolo e buscar a atualização progressiva dos registros, nos moldes do artigo 357, parágrafo único, da CNCR (item 13)”.

Oitava recomendação: “Regularizar o livro de ponto, com as rubricas nas folhas e a descrição da finalidade na capa, conforme previsto no art. 147 da CNCR do TRF – 2ª Região (item 15)”.

As recomendações foram comunicadas à unidade jurisdicional por meio do ofício nº TRF2-OFI-2018/06148, de 27/03/2018, e respondidas pelo Juízo por meio do ofício nº JFRJ-OFI-2018/02228, de 09/04/2018, sendo o processo nº 0100062-26.2018.4.02.0000, baixado em



24/09/2018.

Avaliando os dados da correição anterior, as informações prestadas no questionário pré-correição e as coletadas nos sistemas informatizados da Justiça Federal da 2ª Região, somadas à verificação *in loco* das instalações, rotinas e procedimentos executados na Subseção, a equipe de correição redigiu o relatório que subsidia esta decisão, sem constatar qualquer fato cuja gravidade pudesse implicar sanção disciplinar.

Da análise dos dados coletados, **conclui-se pela regularidade do juízo correccionado**, recomendando-se, nada obstante, o seguinte:

- 1) Manter a estratégia de gestão e rotinas de trabalho utilizadas neste ano, a fim de atender à Meta 2/CNJ. (item 4.2)
- 2) Retificar o tipo de sentença no processo 0526144-96.2011.4.02.5101 e, classificá-lo como Tipo B2. (item 8.2).
- 3) Verificar se o nível de sigilo aplicado no e-Proc (nível 3) é o adequado nos processos migrados do Apolo nº 0521406-51.2000.4.02.5101 e 0509097-12.2011.4.02.5101 (item 10).
- 4) Verificar os processos com expediente abertos e regularizar os que estão pendentes de juntadas. (item 12.4);
- 5) Verificar e cobrar a devolução dos processos remetidos aos órgãos externos, pertinentes ao sistema Apolo, com prazo de devolução vencido. (item 12.7)
- 6) regularizar o acautelamento de materiais, conforme o disposto no art. 181 da CNCR c/c o art. 1º da Resolução CJF nº 428/05 (termo nos autos indicando o local de custódia, o bem acautelado, número do processo e nome das partes, bem como anotação no sistema eletrônico de acompanhamento processual e aviso nos autos) (item 13).

Do exposto, submeto o relatório da equipe de correição com estas recomendações a exame do Conselho de Administração.

Após, encaminhem-se cópias do relatório e da presente decisão aos Magistrados responsáveis pelo órgão correccionado para que, em 30 (trinta) dias, informem as providências adotadas para cumprimento das recomendações listadas.

Nos termos do artigo 4º, III, da Resolução nº 49/2009 do Conselho da Justiça Federal, encaminhem-se igualmente cópias do relatório e desta decisão ao Corregedor-Geral da Justiça Federal.

Recebidas as informações do Juízo correccionado, com o devido cumprimento das recomendações, e nada mais havendo, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.



Por fim, disponibilize-se o relatório e esta decisão no sítio eletrônico desta Corregedoria.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2019.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Corregedor Regional da Justiça Federal da 2ª Região